

06 SET 1989 (ANC) P3

Orçamento não deverá escapar do Congresso

Não haverá como evitar. Ainda que a Comissão do Orçamento do Congresso apresse seus prazos e que o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, tenha marcado só para 5 de outubro a promulgação da nova Carta, as regras mais liberais que esta prevê para a interferência dos parlamentares na elaboração das normas orçamentárias precisarão ser obedecidas. Co-

mo a Constituição já estará vigorando no momento de apresentação das emendas pelos deputados e senadores, elas poderão enquadrar-se no novo figurino. Isso significa que os parlamentares poderão determinar transposição de recursos, tirando-os de obras determinadas pelo Executivo e passando-os para as que eles próprios julgarem prioritárias

Comissão atravessará prazo da Carta

CLAUDIA MOEMA
Da Editoria de Política

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, do Congresso Nacional, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), afirmou ontem, durante entrevista coletiva, que o trabalho de seus integrantes obedecerá estritamente à nova ordem constitucional e, portanto, não terá pressa. Ao tentar dissipar qualquer dúvida, Cid Carvalho demonstrou não estar preocupado com prazos, acreditando que a Comissão irá se estender após a promulgação da nova Carta, o que implica a apresentação de emendas modificativas alterando o Programa Orçamentário da União para 1989, enviado pelo Governo.

Pelos seus cálculos, isto será inevitável pois, segundo informou, na próxima semana, provavelmente na quarta-feira, será feita a leitura da mensagem da Proposta Orçamentária. Em seguida, haverá cinco dias para sua publicação, portanto até o dia 19 de setembro. A partir daí, será aberto um período de 20 dias para apresentação de emendas, o que ultrapassa a data da promulgação da Constituição, pretendida pelo deputado Ulysses Guimarães, em 5 de outubro.

Além disso, o deputado maranhense reafirmou que o prazo final para o Congresso apreciar a matéria será o dia 15 de dezembro e seu desejo é o de enviar ao plenário, até o dia 30 de novembro, o relatório final da Comissão. Hoje, pela manhã, a Comissão reúne-se para nomear seus 35 sub-relatores e discutir normas de trabalho. Cada um

terá a função de estudar os anexos do Programa Orçamentário da União, para 1989, distribuídos entre Ministérios, os Poderes e os Tribunais.

Cid Carvalho espera que os parlamentares enviem suas emendas dentro da nova realidade estabelecida pela futura Constituição, qual seja, a de se apresentar textos modificativos (desde que não implique em aumento de despesas). "Até o próprio Governo está trabalhando com base nesta realidade por que nós não estaríamos?", indagou o deputado.

Cid Carvalho, aliás, esteve todo este final de semana, na companhia do presidente José Sarney, durante sua visita ao Maranhão. O Presidente, segundo o deputado, afirmou que jogou tudo no orçamento de 1989, pois dele dependerá o desempenho de seu último mandato à frente do Governo. Pela proposta orçamentária enviada pelo Palácio do Planalto, ajustada à nova realidade, Cid Carvalho concluiu que "a atitude dele (Sarney) em relação ao orçamento já se traduz em prestígio seu à Constituinte", lembrando que não cabem mais críticas e sim ajudar na implantação da nova Carta.

O presidente da Comissão afirmou que o Congresso precisa ter competência para aprovar o Orçamento da União até o dia 15 de dezembro. Se isso não ocorrer, na sua opinião, duas situações poderão ocorrer: ou permanecer a posição anterior (prevalecer o orçamento 87/88) ou o Governo executar o novo orçamento, gradualmente, até que o Congresso se defina. Cid Carvalho não quis adiantar como será

o trabalho da Comissão, quanto as emendas a serem enviadas. A rejeição ou não, dependerá do mérito, mas deu um exemplo sobre uma emenda que considera impertinente e que poderá ser rejeitada: se por exemplo, algum parlamentar apresentar uma emenda cortando verbas de manutenção de um órgão. Informou que, em princípio, não existe limitação ao número de emendas a serem apresentadas de cada parlamentar mas, certamente, a medida será implantada.

Na opinião de Cid Carvalho, o Congresso terá muita responsabilidade ao analisar uma questão específica: a das subvenções aos membros do Poder Legislativo. No orçamento passado e, portanto, valendo para a legislatura atual, cada deputado e senador recebeu uma verba de um milhão de cruzados, que é distribuída a bolsas de estudo, colégios ou creches. Para o próximo ano, era esperada uma verba de 10 milhões de cruzados para cada parlamentar, mas as subvenções não foram incluídas no Orçamento Geral da União para 1989. "Como presidente da Comissão julguei que não era da minha competência solicitar à Seplan que colocasse essa verba e, dentro do espírito de independência dos Poderes, ou teriam condições de colocar ou não teriamos legitimidade de impedir, pois se trata de um assunto interno do Legislativo", explicou Cid Carvalho. Caberá à Comissão decidir pelas subvenções mas, se estas forem aprovadas, algum recurso, de algum órgão, deverá ser desviado.

OS PRAZOS DO ORÇAMENTO

14 de setembro — leitura da mensagem da proposta orçamentária

15 a 19 de setembro — prazo de cinco dias para publicação

20 de setembro a 9 de outubro — período de 20 dias para apresentação de emendas

9 de outubro a 30 de novembro — prazo em que, segundo Cid Carvalho, a Comissão irá trabalhar

15 de dezembro — último dia para o Congresso aprovar o Orçamento Geral da União para 1989.

OS PRAZOS DA CONSTITUINTE

2 a 8 de setembro — Prazo para o relator Bernardo Cabral apresentar a redação do texto votado em 2º Turno.

9 de setembro — Distribuição da redação final aos membros da Comissão de Redação.

13 e 14 — Reunião da Comissão de Redação

15 — Distribuição da redação aprovada pela Comissão de redação aos constituintes

16 e 17 — Apresentação de propostas de redação à Comissão

18 — Publicação e distribuição das propostas dos constituintes à Comissão de Redação.

19 e 20 — Reunião da Comissão de Redação para apreciação das propostas.

21 — Publicação e distribuição da redação final

22 — Reunião plenária para votação global, em turno único, da redação final.

05 de outubro, Quarta-feira — Sessão especial para promulgação da nova Constituição.

Carta terá mais de 5 mil autógrafos

O mais novo e último calendário da Assembléia Nacional Constituinte foi encaminhado ontem pelo presidente Ulysses Guimarães aos parlamentares. No ofício o presidente confirma que a sessão para votação da redação final do texto constitucional só acontecerá no dia 22 de setembro, ficando a promulgação para o dia 05 de outubro. A data de 23 de setembro, anteriormente anunciada para a promulgação, foi descartada pela exiguidade de tempo, uma vez que é desejo do presidente da Constituinte

despachar convites a autoridades diplomáticas e representantes dos parlamentos das três Américas.

Sem saber se a proposta orçamentária para o ano de 1989 será votada até o dia marcado para a promulgação da Constituição, o líder do PMDB na Constituinte Nelson Jobim explicou que o calendário previsto anteriormente estava muito apertado, por causa das etapas que ainda restam para a conclusão definitiva dos trabalhos constituintes. "Técnicamente o dia mais viável era mesmo 05 de outu-

bro", disse Jobim.

Ele lembrou que só para o recolhimento de autógrafos dos constituintes na nova Constituição, serão gastos pelo menos 05 dias. E que os 559 parlamentares terão que autografar 10 vezes — um total de 5.559 assinaturas — nos exemplares originais que serão despachados aos chefes dos Três Poderes.

Coincidência ou não, a grande festa de promulgação da Constituição acontecerá na véspera do aniversário do presidente Ulysses Guimarães, no dia 06 de outubro.